

O Pan-Islamismo Radical e a Ordem Internacional Liberal

João Marques de Almeida

Assessor no Instituto da Defesa Nacional

e Professor Auxiliar de Relações Internacionais na Universidade Lusíada

Resumo

O argumento central deste ensaio é de que os ataques de 11 de Setembro a Nova Iorque e a Washington demonstraram que existe uma ameaça, com contornos ideológicos e políticos bem definidos, aos valores seculares e liberais dominantes nas sociedades ocidentais. Esta ameaça foi caracterizada como um movimento pan-islâmico, de natureza internacional e revolucionária. O seu aparecimento resultou em larga medida de um ressentimento das sociedades islâmicas contra a ordem política liberal e ocidental. O regresso à religião, o chamado ressurgimento islâmico, foi a resposta ideológica e política ao ressentimento contra o domínio ocidental. Este ressurgimento conheceu versões moderadas, mas igualmente versões bastante radicais, as quais originaram precisamente o movimento pan-islâmico. A sua natureza radical resulta dos meios utilizados, o recurso à guerra e ao terrorismo, e dos objectivos políticos prosseguidos, a instalação de regimes políticos islâmicos através de revoluções.

Abstract

In this essay, I argue that the events of the 11th of September reveal the existence of an ideological and political threat to the liberal and secular international political order. Such a threat is defined as a radical and revolutionary 'pan-islamic movement'. Its emergence, in the 1980s and 1990s, was the result of political 'resentment' present throughout islamic societies against Western values and hegemonic power. The 'islamic resurgence', adopting a moderate as well as a radical version, was the response of those societies. It is the radical version of this response that originated what I characterised as a pan-islamic movement, willing to use force and terrorism to provoke political revolutions in islamic countries.

Passados quatro meses, pode-se afirmar já com alguma certeza que os ataques de 11 de Setembro a Nova Iorque e a Washington provocaram transformações profundas na ordem internacional. É verdade que existem elementos de continuidade em relação à ordem estabelecida após o fim da Guerra Fria, a qual tem sido caracterizada pelo processo de alargamento e aprofundamento da ordem liberal e democrática ocidental. Se aceitarmos que a competição entre a ordem liberal e a ordem “socialista” constituía o elemento nuclear da competição bipolar durante a Guerra Fria, também aceitamos que, em termos históricos, o modelo liberal triunfou. Por isso mesmo, grande parte da agenda internacional passou a ser dominada por questões como o alargamento e aprofundamento da União Europeia e da Aliança Atlântica, o reforço do papel das Nações Unidas na segurança internacional, e os processos de reforma política e económica no interior da Rússia e da República Popular da China. Por outras palavras, a questão central dos anos 90 prendia-se com a construção de uma ordem liberal global. Após os acontecimentos de 11 de Setembro, a agenda de alargamento da ordem liberal passou para segundo plano (embora isto não signifique que tenha deixado de ser relevante). Neste momento, a chamada “guerra global” (ou “conflito global”) domina a atenção de quase todos, desde os analistas das relações internacionais até aos governos das grandes potências, em particular as potências ocidentais.

O principal objectivo deste trabalho é contribuir para um entendimento mais rigoroso da natureza deste “conflito global”. Embora persistam numerosas dúvidas conceptuais, é possível estabelecer desde já algumas clarificações quanto às novas realidades. Em primeiro lugar, é absolutamente necessário definir quem são os agentes políticos que estão envolvidos no conflito. De um lado, estão os Estados Unidos, país atacado no dia 11 de Setembro, e os seus aliados. As principais dúvidas levantam-se em relação à natureza do adversário dos norte-americanos. Desde os ataques a Nova Iorque e a Washington, apareceram basicamente duas teses. A primeira refere-se ao terrorismo internacional, negando qualquer tipo de relação entre os autores dos ataques de 11 de Setembro e outros movimentos políticos. Os defensores desta tese avisam especialmente que se deve evitar fazer uma associação entre os grupos terroristas e as sociedades islâmicas. Na minha opinião, esta tese sofre de um grave problema. Rejeitando qualquer tipo de associação entre o conflito global e o Islão, é incapaz de enfrentar questões decisivas para o futuro da ordem internacional, nomeadamente a necessidade, por um lado, dos países islâmicos efectuarem reformas profundas e, por outro lado, de se redefinir as relações entre as potências ocidentais e os países islâmicos. A segunda tese adoptou o argumento do

“choque das civilizações”,¹ afirmando que estamos perante um conflito entre o Ocidente liberal e o Islão. O problema desta leitura resulta de uma excessiva valorização das dimensões cultural e religiosa das relações internacionais e da desvalorização dos interesses e princípios políticos. Se seguirmos a tese do choque das civilizações, não conseguimos explicar a aliança entre países muçulmanos e países liberais contra os movimentos radicais islâmicos. Assim, este ensaio discorda destas duas leituras. O argumento central é de que estamos perante a existência de um movimento radical pan-islâmico, o qual desafia os princípios centrais da ordem política liberal. Isto não significa, todavia, que se esteja a viver um conflito entre o Ocidente e o Islão. Por outras palavras, o facto de se admitir que o movimento é pan-islâmico não significa que se possa reduzir todo o pensamento islâmico a uma ideologia *radical*.

É igualmente necessário explicar o modo como a noção de ordem internacional é usada. A ordem internacional refere-se a um conjunto de princípios ideológicos e normativos que legitimam as instituições internacionais e o comportamento dos Estados, e a qual se apoia no uso do poder por parte das grandes potências.² Nesta definição, sobressaiem três ideias centrais. A primeira refere-se à *estrutura ideológica* da sociedade internacional. Os princípios e valores ideológicos definem a legitimidade das instituições internacionais e dos comportamentos dos Estados. Após o fim da Guerra Fria, os princípios e valores liberais assumiram o papel de *ideologia legitimadora da ordem internacional*.³ A *estrutura normativa* constitui a segunda ideia da definição de ordem internacional, e significa o conjunto de regras e instituições que preservam a ordem internacional. Como já foi afirmado, a legitimidade da estrutura normativa resulta da natureza da ideologia dominante. Assim, o triunfo do liberalismo após o fim da Guerra Fria reforçou a legitimidade de instituições como o direito internacional, o multilateralismo, a segurança colectiva e a intervenção humanitária. O último ponto relaciona-se com o papel das grandes potências na manutenção da ordem internacional. Embora as teorias das relações internacionais,

1 O argumento de que o choque de civilizações irá dominar a política internacional após o fim da Guerra Fria é elaborado por Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (New York: Simon & Schuster, 1996). Não deixa de ser curioso que Huntington não aplica a sua tese ao actual conflito; ver entrevista no *L'Express* (25-31 de Outubro, 2001).

2 Na Teoria das Relações Internacionais, o tratamento clássico da noção de ordem internacional encontra-se em Hedley Bull, *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics* (London: Macmillan, 1977).

3 Ver a discussão em John Ikenberry, *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars* (Oxford: Princeton University Press, 2001), Capítulos 1, 2 e 3; e em Mark Juergensmeyer, *The New Cold War? Religious Nationalism Confronts the Secular State* (London: University of California Press, 1993), pp.30-3.

principalmente a tradição realista, privilegiem a relação entre a *anarquia internacional* e o *equilíbrio de poder*,⁴ uma análise histórica mais cuidada permite-nos chegar a uma conclusão diferente. Devido à necessidade de manter a ordem política, a situação de hegemonia é inevitável, seja uma hegemonia unilateral, um conjunto de hegemonias regionais, ou um concerto das grandes potências.⁵ Por outras palavras, o governo das relações internacionais, em grande parte, é exercido pelas potências hegemónicas. São elas que evitam a situação de *anarquia* e impõem a *ordem*. A actual ordem internacional liberal dificilmente existiria se os Estados Unidos, e os seus aliados, não exercessem o seu poder.

De acordo com estas considerações, este artigo irá analisar a seguinte questão: *qual é a natureza da ameaça ideológica e política à actual ordem internacional liberal?* Para responder a esta questão, a primeira parte do artigo irá analisar de que modo é que os movimentos islâmicos radicais constituem uma reacção à ordem política liberal. A segunda parte do artigo discute a natureza do movimento político pan-islâmico, o qual se apoia numa ideologia islâmica radical e revolucionária. Antes de começar a análise que se segue, é necessário fazer um aviso inicial. O argumento apresentado neste artigo encontra-se ainda numa fase exploratória. É o resultado de apenas dois meses de um projecto de investigação, cujo tema é as implicações dos ataques de 11 de Setembro para a ordem internacional, previsto para os próximos dois anos. Mais do que oferecer respostas e teses definitivas, o artigo procura sugerir temas e questões que merecem ser explorados e introduzir conceitos que precisam de ser desenvolvidos.

A Reacção à Ordem Liberal

Em termos ideológicos, os antecedentes da origem do actual conflito global podem ser identificados com a Revolução iraniana de 1979. O regime dos Ayatollahs foi o primeiro movimento fundamentalista islâmico com significado político. Após a revolução, a República Islâmica do Irão apoiou grande parte da sua actividade política numa dupla mensagem ideológica. Por um lado, defendia a necessidade de unir a comunidade islâmica, o que

4 O argumento de que a condição de anarquia gera necessariamente o equilíbrio de poder entre as grandes potências é desenvolvido por Kenneth Waltz, *Theory of International Politics* (New York: Random House, 1979).

5 Ao contrário de Waltz, Robert Gilpin, outro importante autor realista, sublinha a importância da hegemonia na manutenção da ordem internacional. Cf., *War and Change in World Politics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1983).

seria alcançado através de revoluções políticas; e, por outro lado, apelava à resistência ao imperialismo ocidental.⁶ Estas duas ideias ocupam igualmente um lugar central no discurso do movimento pan-islâmico do início do século XXI.

No discurso político do movimento radical islâmico, os ataques ao imperialismo ocidental, e à ordem internacional liberal, ocorrem em dois níveis distintos. Em primeiro lugar, os movimentos islâmicos atacam sistematicamente a política externa norte americana no Médio Oriente, nomeadamente o seu apoio a Israel, e a manutenção das sanções económicas e dos bombardeamentos aéreos ao Iraque. Parece-me, no entanto, que o segundo nível é politicamente o mais significativo. A este nível, os movimentos pan-islâmicos não atacam *políticas*, mas sim *princípios e valores*. Ou seja, observa-se um ataque aos princípios e valores da ordem política liberal e secular. Aqui, o confronto com o percurso da História aparece inevitavelmente. Para muitos muçulmanos, a sua história política reduz-se a uma fórmula muito simples: o declínio de uma civilização imperial, cujos domínios se estenderam da Península Ibérica até à Índia, e a sua transformação num conjunto de pequenos e médios Estados fracos e dominados pelas potências ocidentais. Como afirmou recentemente um Iman de uma mesquita de Jerusalém: “Já fomos os senhores do mundo, agora nem sequer somos os senhores das nossas mesquitas”.⁷ Este lamento captura de um modo excelente o sentimento partilhado por muitos, nos países islâmicos que são vítimas da história.

Neste sentido, para se entender devidamente a natureza da reacção à ordem política liberal, é necessário considerar a ideia de ressentimento islâmico. É possível identificar quatro causas que explicam o actual ressentimento islâmico. Antes de mais, a causa mais antiga é o domínio colonial exercido pelas potências europeias sobre as sociedades islâmicas desde o início do século XIX até à segunda metade do século XX. As sociedades islâmicas, orgulhosas da sua cultura e da sua história, ainda não conseguiram esquecer o passado colonial. Depois, existe igualmente uma reacção à tentativa de universalizar os princípios e valores liberais, a qual se acentuou com o triunfo do liberalismo sobre o socialismo após o fim da Guerra Fria. O que para os países ocidentais são valores universais, para as sociedades islâmicas significa imperialismo ideológico. Em

6 Sobre a revolução iraniana, cf., Fred Halliday, *Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power* (London: Macmillan, 1999), pp.124-9; Stephen M. Walt, *Revolution and War* (London: Cornell University Press, 1996), Capítulo 5; e Juergensmeyer, *The New Cold War?*, pp.50-7.

7 Citado em Daniel Pipes, “Islam and Islamism: Faith and Ideology”, *The National Interest* (59, Spring, 2000), p.88.

terceiro lugar, as sociedades islâmicas acusam as potências ocidentais de adotarem comportamentos políticos que não correspondem aos princípios e valores ideológicos defendidos e evocados. Apoiam os direitos humanos, mas ao mesmo tempo fazem alianças com países que não respeitam os direitos humanos. De igual modo, apoiam a democracia mas só se as eleições não levarem ao poder partidos islâmicos radicais. As Resoluções do Conselho de Segurança cumprem-se contra o Iraque mas não contra Israel. Finalmente, a intervenção permanente na política interna dos países islâmicos constitui também uma causa do ressentimento islâmico. A intervenção ocidental no Golfo em 1990-91 foi entendida como uma interferência na vida política islâmica, e particularmente árabe. A manutenção de tropas americanas e britânicas nos países do Golfo é igualmente condenada. Por fim, o apoio político, económico e militar a regimes impopulares, mantendo-os assim no poder, é igualmente visto como uma intervenção na política interna dos países islâmicos. Aqui destaca-se o apoio a regimes corruptos e incompetentes, os quais são responsáveis pela grave crise económica e social que afecta muitos destes países. O ressentimento islâmico tem duas implicações políticas.

A primeira é a oposição à universalização da ordem internacional liberal. Como vimos, para os movimentos islâmicos radicais, os países islâmicos são vítimas da ordem internacional construída após o fim da Guerra Fria. A fórmula preferida dos fundamentalistas para caracterizar o actual conflito político é o “Islão contra a América”. No entanto, a expressão “América” deve ser entendida num sentido amplo. Em larga medida, a expressão não se refere unicamente aos Estados Unidos, enquanto país, mas a um conjunto de valores, com origem no Ocidente. Por outras palavras, a “América” simboliza a ordem liberal. Ora, os movimentos radicais não só rejeitam a validade universal de valores liberais fundamentais como a democracia e os direitos humanos, como consideram mesmo que a cultura política islâmica é moralmente superior ao liberalismo. Esta resistência a uma ideologia política com pretensões universais é acompanhada por uma reacção à hegemonia política dos Estados Unidos e dos seus aliados ocidentais. Em última análise, o ressentimento islâmico contra a ordem internacional liberal resulta, por um lado, da profunda convicção na superioridade dos seus valores políticos e, por outro lado, do reconhecimento da sua extrema fragilidade nos equilíbrios de poder internacionais.

Deve-se ainda salientar que a resistência à ordem internacional liberal envolve igualmente um ataque a princípios constitutivos da sociedade internacional moderna. Antes de mais, os movimentos islâmicos radicais rejeitam a concepção secular de Estado, defendendo em alternativa uma concepção teocrática ou clerical da autoridade soberana. Por outro lado, os critérios religiosos substituem os critérios políticos no tratamento dos

conflitos, como demonstra a noção de guerra santa, ou *jihād*, e das alianças internacionais, as quais devem ser feitas com forças políticas islâmicas contra os “infiéis”. Por fim, o abandono da distinção entre alvos civis e alvos militares significa igualmente a rejeição de um princípio central de uma instituição fundamental da sociedade internacional moderna, a guerra justa. A doutrina *ius in bello* afirma claramente que as populações civis não devem ser alvo de ataques militares.⁸ A rejeição deste princípio aparece claramente na evolução da doutrina da Al-Qaeda. Até 1998, aceitava o princípio da distinção entre alvos civis e militares. A partir desse ano, numa entrevista que deu, bin Laden afirmou que era legítimo atacar populações civis. Esta alteração doutrinária revela ainda um conhecimento perfeito das vulnerabilidades dessas sociedades. O que nós chamamos “alvos civis” é para estes grupos terroristas a parte mais fraca de uma sociedade inimiga e opressora.

A segunda implicação do ressentimento islâmico afecta a vida política interna dos países islâmicos. É notório que o islâmismo radical odeia e despreza valores políticos fundamentais nas sociedades ocidentais como, por exemplo, a igualdade entre o homem e a mulher, as concepções liberais de justiça social, e uma ordem democrática pluralista e secular. Esta revolta contra as virtudes liberais reflecte novamente a rejeição do universalismo dos valores liberais, e em particular a ideia de que estes valores se devem aplicar aos países islâmicos. Para os radicais islâmicos, o que o Ocidente considera virtudes políticas, são exemplos de corrupção política e decadência social. Por outras palavras, é um “Mal” que se deve combater. Assim, o caminho que leva à construção de um futuro político fiel à cultura política islâmica passa por espalhar o ódio pelo patrocinador das reformas seculares e do afastamento da religião da vida política, os Estados Unidos, ou “o grande Satã”.

Os ataques à ordem liberal mostram a existência de um dado relativamente novo nas relações internacionais. Percebe-se agora que ao mesmo tempo que se celebrava o “triumfo universal” do liberalismo,⁹ este começava a ser firmemente rejeitado nalgumas regiões do mundo. Visto de Argel, do Cairo, de Cabul, ou do Golfo, o liberalismo ocidental e o comunismo soviético tinham muitos pontos em comum. Ambos tentaram ocidentalizar e modernizar todas aquelas sociedades que tinham acabado de chegar à História após a descolonização. Em termos gerais, nos países islâmicos os modelos

8 Para uma discussão da ideia de guerra justa, cf., Michael Walzer, *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations* (New York: Basic Books, 1977).

9 Aqui, a grande referência é obviamente Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (New York: Free Press, 1992).

seculares pós-descolonização apoiavam-se ou na via capitalista e ocidentalizada ou na via socialista, e ambas misturadas com fortes programas nacionalistas. Tirando algumas exceções, como por exemplo a Turquia, estes modelos fracassaram em quase todo o lado.¹⁰ No plano económico, a maioria das sociedades islâmicas são caracterizadas pela corrupção e pelo desemprego, o que dá origem a graves crises sociais e a uma elevada insatisfação, senão mesmo desespero, entre as populações. Politicamente, o quadro também não é muito animador. Regimes políticos autoritários, sociedades civis fracas, ou inexistentes, e Estados fortemente militarizados definem a maioria dos países islâmicos. Tudo isto resultou numa crise de legitimidade política dos regimes que emergiram após a descolonização e durante a Guerra Fria. Em termos breves, não é exagero afirmar que, em grande medida, estes países vivem entre regimes autoritários e militarizados e movimentos de oposição islâmicos radicais. Ou seja, é neste contexto de *hegemonia* ideológica e política ocidental, e simultaneamente de *fracasso* de programas políticos apoiados na ideologia hegemónica que a religião oferece os meios para se construir um discurso e uma prática política de resistência. Este refúgio na religião deu origem, nas palavras de Samuel Huntington, a um “ressurgimento islâmico”.¹¹ Por seu lado, o ressurgimento tomou formas moderadas e radicais. É esta última manifestação do islamismo político que nos interessa considerar agora.

A Natureza do Movimento Pan-Islâmico Radical

Além da influência de uma interpretação extremista da religião, o movimento pan-islâmico radical define-se pelo seu carácter internacionalista e pela sua natureza revolucionária. De acordo com uma análise recente elaborada por Daniel Pipes as sociedades muçulmanas criaram três respostas políticas à modernidade.¹² Aqui, interessa considerar duas delas. A primeira, o secularismo, considera que os países islâmicos só se podem desenvolver se adoptarem os modelos políticos ocidentais, e afastarem o Islão da esfera pública. Como já vimos, esta solução em larga medida fracassou. Uma segunda ideologia política, o “Islamismo”, constitui uma resposta simultaneamente à modernização e ao

10 Ver discussão em Juergensmeyer, *The New Cold War?*, pp.2-5, e 18-25.

11 *The Clash of Civilizations*, p.109.

12 Pipes, “Islam and Islamism”, p.88. Ver igualmente Ray Takeyh, “Islamism: R.I.P”, *The National Interest* (63, Spring, 2001).

fracasso dos modelos seculares. Segundo Pipes, o Islamismo apoia-se em três ideias centrais: a subordinação à lei islâmica, a rejeição de influências ocidentais, e a transformação da fé religiosa numa ideologia política.¹³ Este último ponto é fundamental. Como nota Pipes, “o termo “Islamismo” é útil no sentido em que indica que este fenómeno político é um “ismo” comparável a outras ideologias do século XX”.¹⁴ Como afirmou um membro da Irmandade Islâmica do Egipto, “nós não somos nem socialistas, nem capitalistas, mas muçulmanos”. Como observa Pipes, de um modo perspicaz, um muçulmano em tempos mais antigos teria dito, “nós não somos nem judeus, nem cristãos, mas muçulmanos”.¹⁵ Isto mostra indiscutivelmente que o islamismo, no início do século XXI, é uma ideologia política, a qual ocupa um lugar vital nos movimentos islâmicos radicais.¹⁶

Esta análise demonstra, portanto, a importância fundamental da religião para os movimentos islâmicos radicais. Isto leva-nos a considerar a tese do “choque das civilizações”. Por outras palavras, é fundamental enfrentar a questão mais difícil de todas: a relação entre o movimento pan-islâmico radical e a religião muçulmana. Há duas razões centrais que nos obrigam a não confundir os movimentos islâmicos radicais com a religião muçulmana. Antes de mais, é difícil aceitar uma interpretação autêntica de uma religião, ainda mais no caso do Islão, na qual a estrutura de autoridade é descentralizada. As percepções da religião vão-se alterando de acordo com as transformações históricas sofridas pelas sociedades. Em segundo lugar, o Islão é uma referência fundamental para a identidade e a organização de muitos que têm uma visão moderada e ética da política. Por exemplo, alguns movimentos políticos estão empenhados em construir uma “alternativa islâmica humanista”, a qual, partindo de uma perspectiva religiosa, oferece uma leitura de um Islão tolerante, democrático e pacífico.¹⁷ Ou seja, mesmo admitindo que se pode tratar o conjunto das sociedades islâmicas como uma “civilização”,¹⁸ existem conflitos e divergências entre os seus movimentos políticos. Não é possível definir uma “civilização” em termos unitários com um único interesse político. Na perspectiva das relações internacionais, este ponto é fundamental. Se é verdade que com os movimentos

13 Op. Cit. p.89.

14 Idem p.90.

15 Idem, ibidem.

16 Isto não significa, como veremos adiante, que o islamismo como ideologia política não adote igualmente versões moderadas.

17 Cf., Abdullahi A. An-Naim, “A New Islamic Politics”, *Foreign Affairs* (75, 3, 1996), pp.122-6; e Judith Miller, “Creating Modern Omam”, *Foreign Affairs* (May/June 1997), pp.13-20.

18 Cf., Huntington, *The Clash of Civilizations*, pp.109-20 e 174-9.

mais radicais há um “choque”, com outras forças políticas poderá ser possível estabelecer-se formas de cooperação e diálogo, indispensáveis à manutenção da ordem política internacional. Assim, pode-se afirmar, por um lado, que o problema não é com a religião islâmica enquanto tal, mas sim com a utilização da religião para criar movimentos políticos radicais. No entanto, como veremos agora, a religião, mesmo que seja através de um processo de instrumentalização, desempenha um papel central na definição da estratégia e dos objectivos políticos dos movimentos islâmicos radicais.

O termo *pan-islamismo radical* exprime a estratégia e os objectivos políticos dos movimentos islâmicos. Como foi observado no início do texto, a unidade da comunidade islâmica é um dos objectivos centrais dos movimentos radicais islâmicos. Este objectivo político apoia-se desde logo numa unidade ideológica. A linguagem política, as referências ideológicas e o ressentimento sentido contra as potências ocidentais e liberais é comum a sectores políticos e sociais de todas as sociedades islâmicas. Estes sentimentos, partilhados por muitos, são reforçados pelo facto de muitos estudantes de todo o mundo islâmico estudarem nas escolas corânicas do Médio Oriente e do Paquistão. O islamismo transformou-se assim numa ideologia política de mobilização nas sociedades islâmicas. Além do mais, a estratégia política passa por ligações transnacionais entre os movimentos islâmicos radicais. Esta estrutura organizativa transnacional liga vários países diferentes, desde a Argélia e o Egipto, no mundo árabe, até à Indonésia e à Filipinas no Sudeste asiático, passando pelo Paquistão, Afeganistão e Uzbequistão na Ásia Central e pelo Sudão e a Somália na África Oriental. De um modo verdadeiramente universal, esta estrutura internacional islâmica radical está ainda presente e activa nos países europeus e nos Estados Unidos e Canadá, onde existem células terroristas.¹⁹ A natureza transnacional das organizações islâmicas dá uma enorme mobilidade às suas forças políticas e paramilitares. Os mesmos movimentos, e nalguns casos os mesmos indivíduos, estiveram na guerra contra a invasão soviética no Afeganistão na década de 80, e depois, durante a década de 90, nas guerras civis da Argélia e do Afeganistão, no conflito do Caxemira indiano e na guerra da Tchétchénia. Pelo meio, podem frequentar cursos de aviação nos Estados Unidos e estudar em universidades europeias, enquanto preparam ataques terroristas.²⁰

O recurso ao terrorismo internacional como instrumento de combate político mostra a internacionalização das actividades dos movimentos radicais. Sensivelmente a partir de

19 Rohan Gumaratna, “Special Report: Al-Qaeda”, *Jane’s Intelligence Review* (Agosto, 2001).

20 Anthony Davis, “Foreign Fighters Step Up Activity in Afghan Civil War”, *Jane’s Intelligence Review* (Agosto 2001).

meados da década de 90, as várias organizações terroristas islâmicas começaram a atingir alvos estrangeiros. A luta deixa de ser apenas contra os seus governos, e em vez de atacarem apenas os dirigentes políticos locais, passaram a fazer atentados contra alvos estrangeiros, diplomatas e turistas. Simultaneamente, iniciaram acções terroristas nos países ocidentais, culminando com os ataques de 11 de Setembro em Nova Iorque e Washington. Neste caso, o objectivo é atacar e enfraquecer através do terror os Estados ocidentais. De certo modo, o aumento da capacidade militar dos grupos terroristas aponta para uma crise do monopólio do uso da violência legítima por parte dos Estados soberanos. O resultado da fragmentação da capacidade de usar a força militar é obviamente o aumento das vulnerabilidades dos Estados.

A unidade da comunidade islâmica exige acima de tudo que se façam revoluções nos países islâmicos. A principal finalidade dos movimentos islâmicos radicais é precisamente conquistar o poder nos países muçulmanos, o que reforça a natureza *pan-islâmica* destes movimentos. Não deixa de ser revelador que as últimas revoluções políticas ocorridas em países islâmicos puseram movimentos radicais no poder. Em 1979, no Irão e em 1996, no Afeganistão. O modo como os Taliban subiram ao poder no Afeganistão é um bom exemplo do funcionamento do pan-islamismo. A sua formação ideológica deu-se nas escolas corânicas do Paquistão, as “madrassas”. Em 1994, os estudantes de teologia formaram um movimento político, iniciando ao mesmo tempo a sua preparação militar, aperfeiçoada com a participação na guerra entre as forças islâmicas e o exército indiano na Caxemira. No mesmo ano, com a ajuda do Paquistão, iniciaram a conquista do poder no Afeganistão. A revolução culminou com a captura de Cabul em 1996, estabelecendo-se então um “Emirado Islâmico”, liderado pelo Mullah Mohammed Omar. Desde então, grande parte da força militar do Emirado Islâmico do Afeganistão resulta da presença de movimentos militares islâmicos de carácter internacionalista, compostos por árabes, paquistaneses, tchetchenos, uzbeques e mesmo europeus, e liderados pela Al-Qaeda.

Apesar do fim iminente do regime Taliban no Afeganistão, a possibilidade de acontecerem revoluções noutros países islâmicos mantém-se. Na Argélia e no Egipto, os movimentos islâmicos radicais continuam a ser politicamente fortes, e a receberem um enorme apoio popular. É a ajuda política, económica e militar dos países ocidentais que tem evitado a queda dos actuais regimes políticos destes dois países. É legítimo perguntar até quando é que se poderá manter a situação de satelização de países regionais importantes, e o que acontecerá quando esta situação terminar. O mesmo conflito entre uma população onde existem elementos fortemente anti-americanos e um governo aliado de Washington afecta a Arábia Saudita. Existe, em particular, uma grande oposição à manutenção de

tropas americanas no seu país. Para garantir a sua segurança nacional, o regime saudita necessitou de se aliar aos Estados Unidos. Todavia, esta aliança criou grandes reacções internas, e o resultado poderá ser uma acentuada perda de legitimidade do regime no interior do país. De um modo significativo, entre a população, o apoio aos grupos islâmicos radicais tem vindo a aumentar. O resultado poderá ser a tomada do poder por forças islâmicas mais radicais. Aliás, não deixa de ser preocupante o facto de grande parte dos soldados do movimento Al-Qaeda serem naturais da Arábia Saudita. De igual modo, mais de metade dos terroristas dos ataques de 11 de Setembro eram cidadãos sauditas. Por fim, também no Paquistão existem sinais preocupantes. Desde o final da década de 90, tem-se assistido a uma crescente “talibanização” do Paquistão. As 1200 “madrassas” que existem no país têm cada vez mais influência na sociedade e na vida política paquistanesa. Estas verdadeiras fábricas de militantes islâmicos, onde, como vimos, o movimento Taliban foi criado, espalham o ódio ao Ocidente, e particularmente aos Estados Unidos, e a obrigação de combater o infiel. Foi nestas escolas que se fizeram as maiores celebrações após os ataques a Nova Iorque e a Washington, e grande parte delas, após a intervenção militar no Afeganistão, declararam a guerra santa contra os Estados Unidos e os seus aliados, entre os quais se inclui o próprio governo paquistanês. Ou seja, no início do século XXI, o pan-islamismo radical é um movimento verdadeiramente *internacionalista* e *revolucionário*, que ameaça a segurança dos países ocidentais e que pretende fazer revoluções políticas com o objectivo de unificar o mundo islâmico.

Conclusão

O argumento central deste ensaio é de que os ataques de 11 de Setembro a Nova Iorque e a Washington demonstraram que existe uma ameaça, com contornos ideológicos e políticos bem definidos, aos valores seculares e liberais dominantes nas sociedades ocidentais. Esta ameaça foi caracterizada como um movimento pan-islâmico, de natureza internacional e revolucionária. O seu aparecimento, durante a década de 80 e o seu crescimento, durante a década de 90, resultaram em larga medida de um ressentimento das sociedades islâmicas contra a ordem política liberal e ocidental. Neste sentido, a resistência ao “imperialismo” ocidental, ou seja, à ordem liberal, aparece sistematicamente no discurso deste movimento pan-islâmico. Na perspectiva dos fundamentalistas islâmicos, as sociedades muçulmanas são consideradas “vítimas” da ordem liberal. O regresso à religião, o chamado ressurgimento islâmico, foi a resposta ideológica e política ao ressentimento

contra o domínio ocidental. Este ressurgimento conheceu versões moderadas, mas igualmente versões bastante radicais, as quais originaram precisamente o movimento pan-islâmico. A sua natureza radical resulta dos meios utilizados, o recurso à guerra e ao terrorismo, e dos objectivos políticos prosseguidos, a instalação de regimes políticos islâmicos através de revoluções.

É evidente que isto constitui um desafio aos países ocidentais. A natureza da resposta será decisiva para o futuro da ordem internacional. Os últimos acontecimentos permitem anteciper algumas conclusões. Em primeiro lugar, sempre que houver um ataque às sociedades ocidentais, como o ocorrido no dia 11 de Setembro, a resposta terá uma natureza militar e decisiva. Em segundo lugar, os Estados liberais do ocidente terão provavelmente que reconhecer os limites da universalização de modelos políticos liberais e seculares. Nas sociedades islâmicas, a religião tem um peso tal na vida pública que é impossível imaginar reduzir o Islão à vida privada dos cidadãos. Por outras palavras, uma solução secular, tal como a que aconteceu nas sociedades ocidentais, é bastante improvável. No entanto, isto não significa a radicalização dessas sociedades. Como foi observado, existem igualmente versões moderadas do islamismo político. Neste sentido, os países ocidentais devem ajudar a desacreditar o Islamismo radical como opção política credível e apoiar os movimentos políticos moderados. Finalmente, os Estados ocidentais, e principalmente as grandes potências, devem fazer um esforço para criar uma ordem internacional que permita a coexistência e o diálogo entre o mundo ocidental e liberal e o mundo islâmico. Mesmo que se aceite a importância decisiva das diferenças civilizacionais na política internacional, isso não significa inevitavelmente um “choque” entre as várias civilizações. Como quase sempre acontece, tudo dependerá em última análise de escolhas e de comportamentos políticos e não da existência de identidades culturais puras e irreconciliáveis.